

2013

Reforma Política e Financiamento Público Exclusivo de Campanhas Eleitorais – Argumentação da
Relatoria da Comissão Especial Reforma Política



Reforma Política e Financiamento Público Exclusivo de Campanhas Eleitorais – Argumentação da Relatoria da Comissão Especial Reforma Política

(Este trabalho é de inteira responsabilidade de seu autor, não representando necessariamente a opinião da Câmara dos Deputados.)

1 Introdução

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a corrupção é um dos três principais problemas do Brasil, junto com a violência e as falhas do sistema de saúde. Em vista de sucessivos escândalos que envolvem o desvio de verba pública ou a influência do poder econômico de grandes empresas sobre a atuação de Parlamentares, uma reforma política é apontada por diversos Parlamentares, de diversos partidos, como necessidade urgente e como ponto de partida para outras reformas necessárias ao País.

O Deputado Henrique Fontana (PT-RS), Relator da Comissão Especial destinada a efetuar estudo e apresentar propostas em relação à reforma política (CEREFPOL), apresentou um anteprojeto de reforma política que aborda vários temas, como financiamento público exclusivo de campanha, listas preordenadas, coligações partidárias, fidelidade partidária, suplência de Senadores, etc. Essa proposta foi debatida, sofreu modificações, mas ainda assim enfrenta alguma resistência na Comissão.

Procurando abordar esse tema polêmico, o Núcleo de Análise de Discursos do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados, apresenta, inicialmente, esta análise do discurso do Deputado Henrique Fontana, proferido em 17 de abril de 2012, no qual ele procura sensibilizar os colegas para a necessidade de votação do relatório e aborda o tema do financiamento público exclusivo de campanha como “pilar central da reforma política”. Em análises posteriores, procuraremos abordar outros posicionamentos referentes ao tema.

2 Contextualização

Foi criada a Comissão Especial destinada a efetuar estudo e apresentar propostas em relação à reforma política (CEREFPOL), da qual o Deputado Henrique Fontana é o Relator. Em outubro de 2011, o Deputado apresentou o Anteprojeto 2, de 2011, e, após debates, apresentou, em março de 2012, nova proposta, o Anteprojeto 3, de 2012, cuja votação se encontra em obstrução. Em razão dessa obstrução, o Deputado pronunciou discurso em plenário.

3 Estrutura argumentativa e semântica

O discurso do Deputado Henrique Fontana centra-se no item do financiamento público exclusivo de campanhas como ação para impedir a influência econômica de

grandes empresas sobre candidatos e partidos. A razão apresentada para justificar o que deve ser feito com referência ao problema da corrupção no Brasil é a de que os elevados custos das campanhas eleitorais cada vez mais negam acesso das classes populares a mandatos parlamentares e propiciam a influência do poder econômico de grandes empresas sobre os candidatos e também o uso de mecanismos de desvio de verba pública.

Outro foco do discurso é o poder do financiamento público exclusivo de campanha contra a corrupção. O discurso mostra como a corrupção é um fenômeno presente no campo político brasileiro, mas que pode ser enfraquecida mediante a reforma política. Nesse ponto, o discurso está mais centrado no *pathos*, na ativação do emocional do ouvinte, segundo a divisão aristotélica. Para ativar essa dimensão afetiva, a metáfora é o recurso semiótico largamente utilizado. A metáfora é uma estratégia de construção simbólica presente em discursos parlamentares que acessa as emoções do ouvinte/leitor e, portanto, tem uma força de persuasão bastante considerável.

Apresentamos a seguir o quadro da estrutura argumentativa do discurso do Deputado Henrique Fontana. Esse tipo de ordenamento de transcrição já nos permite visualizar como a persuasão vai sendo construída ao longo da argumentação, como os recursos lexicogramaticais e semânticos vão-se delineando para se constituírem em uma teia argumentativa que caracteriza o discurso parlamentar.

3.1 Estrutura da argumentação prática do discurso analisado

Assunto: Reforma Política - Orador: Henrique Fontana - Partido: PT/RS

Meta	Reforma política, cujo principal ponto é o financiamento público de campanha.
Reivindicação/alegação	Apoio para votar o relatório da reforma política, que se encontra em obstrução na Comissão Especial da Reforma Política.
Valores	Combate à corrupção; igualdade; fortalecimento da democracia; ética; impessoalidade; moralização da política.
Circunstâncias	Obstrução de votação
Meios para atingir a meta	Colocar o relatório em votação na Comissão.
Argumentação	Dezenas de crises envolvem uma temática que mistura a corrupção com o financiamento de campanhas eleitorais. Grandes empresas não querem fazer negócios lícitos com o Estado, mas querem o lucro antiético de eventuais obras superfaturadas e/ou de serviços vendidos ao setor público

Argumentação (cont.)	<p>através de critérios manipulados.</p> <p>O povo brasileiro paga campanhas caríssimas através de dois mecanismos: pelo dinheiro destinado à campanha embutido no preço dos produtos que compra, como consumidor e pelo superfaturamento de obras, tráfico de influência, licitações.</p> <p>O financiamento público de campanha reduz os gastos de campanha.</p> <p>Os Paramentos estão sendo cooptados pelo interesse econômico de quem tem capital para financiar as campanhas.</p> <p>É uma lei para moralizar a política, é uma lei para garantir igualdade de condições.</p> <p>Muitos representantes das classes populares têm, cada vez mais, dificuldade de concorrer, em igualdade de condições, a um cargo público.</p> <p>Quando alguém pobre não tem o direito igual de concorrer a uma vaga de Vereador, de Prefeito, de Governador, de Deputado Estadual ou Federal, está quebrada a regra fundamental da democracia.</p> <p>Os escândalos que estão acontecendo não são apenas um problema das pessoas, são também um problema do sistema político, que precisa mudar.</p> <p>A eleição brasileira saltou do custo de 800 milhões para 4 bilhões e 800 milhões de reais. Ou seja, 6 vezes mais, 8 anos depois.</p> <p>A reforma política, com o financiamento público, tem uma potência mil vezes maior do que o Projeto Ficha Limpa, para melhorar a política brasileira.</p>
Consequências negativas	<p>Só chegarão ao Parlamento candidatos muito ricos ou aqueles que participem do privilégio das listas fechadas dos grandes financiadores de campanha.</p> <p>Continuaremos colocando a política sob um grau de suspeição cada vez maior, o que é ruim para a democracia.</p>

4 Análise das Metáforas e da representação dos Atores Sociais

A reforma política é chamada de “a reforma das reformas”, ou seja, a reforma que possibilitará as outras reformas no País. Na medida em que o financiamento público de campanha é chamado de “ pilar central da reforma”, “centro daquilo que nos desafia a política brasileira”, o orador aponta que as mudanças que se propõem para o País ocorrerão a partir da modificação da forma como se financiam as campanhas.

A corrupção é representada nesse discurso de várias formas, com determinadas estratégias de construção simbólica, como a personificação (a corrupção possui braços); entificação por meio de analogia a um vegetal com grande potencial reprodutivo (a corrupção como algo que cresce e viceja). Enfim, a corrupção também é representada como fenômeno social com um matiz de inevitabilidade (não nasce na política, mas está na sociedade.)

As metáforas referentes à corrupção de modo geral dizem respeito a um tipo de personificação da corrupção (algo que cresce, que tem braços). A metáfora ontológica mais óbvia, segundo Lakoff, é aquela em que o objeto físico é especificado como uma pessoa (Lakoff e Johnson, 2003, p. 33.). Em relação à personificação, afirma Lakoff:

“Isso permite-nos compreender uma larga variedade de experiências com entidades não humanas em termos de motivações humanas, características humanas e atividades humanas. (Lakoff, 2003, p. 34.)”

A corrupção, dessa forma personificada, também pode nos ajudar a entender e aceitar esse complexo fenômeno ontologicamente, isto é, como um inimigo, sem mencionar as responsabilidades.

Em relação à corrupção, há uma representação de forma generalizada quando se trata dos atores sociais ligados à política — “*Não haverá corrupção se ela não tiver um braço na política, no poder político*”, “*Os Parlamentos estão sendo cooptados pelo interesse econômico*” — e de forma específica quando se trata de atores sociais que atuam como servidores públicos — “*Não há corrupção se não houver um braço, também altamente minoritário que envolva servidores públicos*”.

Os potenciais corruptores são representados discursivamente de forma generalizada: “grandes grupos econômicos”, “grandes empresas”, “rede criminosa”.

Van Leuwen afirma o seguinte:

“A forma generalizada e a forma específica de representação de atores sociais indicam diferentes hábitos de diferentes classes sociais. Segundo Bourdieu, a referência concreta a uma experiência imediata está ligada ao habitus da classe trabalhadora; por outro lado, distância, altura, uma vista panorâmica do observador que vê a si mesmo como acima das confusões comuns, refere-se ao habitus da classe dominante. (apud van Leeuwen, 2006, p. 35.)”

Considerações Finais¹

A cadeia argumentativa do orador revela uma preocupação com o acesso da classe menos favorecida ao caminho para o poder, ou seja, o acesso daqueles não favorecidos pelo poderio econômico a cargos políticos.

A metáfora da personificação da corrupção é uma peça chave na argumentação do orador para justificar a defesa do financiamento público de campanha. A metáfora da corrupção como inimigo, faz com que a estrutura argumentativa do orador esteja baseada na reafirmação da necessidade do financiamento público exclusivo de campanha como uma “arma” ou um “antídoto” contra a corrupção.

Referências

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Discurso do Deputado Henrique Fontana*. Disponível em < <http://www2.camara.gov.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso: 12.12.2012

CHARTERIS-BLACK, J. *Politicians and Rhetoric*. The persuasive power of metaphor. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

FAIRCLOUGH, Isabela e Norman. *Political Discourse Analysis – A method for advanced students*. Routledge: London, 2012.

LAKOFF, G. e JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.

VAN LEEUWEN, T. *Discourse and Practice. New Tools for Critical Discourse Analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

¹ Análise realizada por Marina Hernandez e Maria Lílian de Medeiros Yared.

Discursos e Notas Taquigráficas

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DETAQ Sessão: 084.2.54.O Hora: 15:34 Fase: GE

Orador: HENRIQUE FONTANA, PT-RS Data: 17/04/2012

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, nobre Presidente em exercício, Deputado e ex-Governador Mauro Benevides.

Aguardei com muita alegria e respeito os pronunciamentos importantes que fazem o cotidiano da nossa democracia.

Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, nobres colegas e todos aqueles que acompanham esta sessão pela TV Câmara, para falar de um tema, do meu ponto de vista, mais atual do que nunca, daquela que defino como a reforma das reformas, à qual, como Relator escolhido por esta Casa, junto com mais 40 colegas, tenho-me dedicado ao longo do último ano - de 1 ano e dois meses -, ao lado de V.Exa., Deputado Mauro Benevides, na nossa Comissão Especial.

Também me dirijo a alguns colegas que acompanham este pronunciamento, meus conterrâneos de política no Estado do Rio Grande do Sul, e que apoiam o essencial do relatório que apresentei: aos Deputados Giovani Cherini, Enio Bacci e Luiz Noé.

Ocorre que, ao longo das últimas décadas, Sr. Presidente - e V.Exa. acompanha a política brasileira muito de perto - e Deputado Vanderlei Siraque, meu colega de partido, nós já enfrentamos dezenas de crises que envolvem uma temática que mistura a corrupção com o financiamento de campanhas eleitorais. Evidentemente, não falo aqui de uma circunstância, a de que o financiamento privado sempre significa canal de corrupção, nem de uma simplificação, o que seria infantil, a de que a corrupção se restringe à política e ao financiamento de campanhas. Não. A corrupção é fenômeno de caráter global. Não é um fenômeno brasileiro. A corrupção é um fenômeno que cresce e viceja numa cultura que incentiva a ideia que quebra preceitos éticos fundamentais nas relações humanas.

A corrupção não é feita pelos políticos. A corrupção não nasce na política. A corrupção está na sociedade.

Aliás, abro um parêntese aqui para cumprimentar o jornalista Maurício Dias, da revista CartaCapital, que, na sua coluna desta semana, apoia a votação imediata de um projeto relatado pelo Deputado Carlos Zarattini, nosso colega, projeto que teve origem no Poder Executivo, durante o Governo Lula, e que, modestamente, teve a contribuição de um projeto que protocolei nesta Casa há mais ou menos 4 ou 5 anos, que propõe a criminalização dos corruptores.

Como bem diz o colunista Maurício Dias, onde há corruptos há corruptores. E não haverá corrupção se ela não tiver um braço na política, no poder político, esteja ele no Legislativo ou nos Executivos - sempre minoritária numa Casa como a nossa.

Não há corrupção se não houver um braço também altamente minoritário que envolva servidores públicos. E a Controladoria-Geral da União, órgão estruturado durante o Governo do Presidente Lula, através de processos em que se dá todo o direito de defesa, já levou ao afastamento 3.800 servidores públicos, porque estavam envolvidos em atos de corrupção.

E não haverá corrupção - é o terceiro ponto do tripé -, Sr. Presidente, se não houver o interesse de corromper, Deputado Enio Bacci, de grandes grupos econômicos, muitas vezes de grandes empresas que não querem fazer negócios lícitos com o Estado, mas querem o lucro antiético de eventuais obras superfaturadas e/ou de serviços vendidos ao setor público através de critérios manipulados, de critérios pautados pela corrupção.

E agora, nobres Deputados Roberto Freire e Alfredo Sirkis, meus colegas na Comissão Especial da Reforma Política, estamos diante de mais um caso, de mais um escândalo - dê-se o apelido que se queira -, no qual uma rede criminoso encontra uma interface com o poder político e participa do financiamento de campanhas eleitorais.

Então, o primeiro ponto que partilho com os colegas é o de que estou nesta tribuna - e vou ouvir V.Exas.; só quero levar o meu raciocínio um pouco adiante - para mais uma vez pedir o apoio desta Casa. Em primeiro lugar, para ter o direito de votar o relatório da reforma política na Comissão Especial, com todos os destaques, com a votação destacada de todos os itens, que todos os partidos queiram - que se constituam maiorias e minorias. Este Relator pode ser derrotado nos temas A ou B, pode ser vitorioso democraticamente nos temas C e D, mas o meu apelo é este: vamos votar a reforma política.

E qual é o pilar central da reforma que proponho? O financiamento público, exclusivo, com forte redução dos custos de campanha e de caráter amplamente republicano, totalmente republicano. E por quê? Porque é preciso tornar os candidatos mais iguais, é preciso retirar do poder econômico a capacidade que tem hoje, Deputado Roberto Freire, de fazer listas fechadas dos candidatos que terão acesso a financiamentos.

Às vezes me perguntam: "Mas como terminaria o caixa dois com o sistema de financiamento público?" E devolvo a pergunta, no sentido inverso: "V.Exa. acha que o sistema de financiamento privado, como temos hoje, é mais passível do uso de caixa dois ou menos passível do uso de caixa dois?"

O Sr. Roberto Freire - Permita-me, Deputado.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Pois não, Deputado Roberto Freire.

O Sr. Roberto Freire - Inicialmente, quero dizer do reconhecimento ao trabalho que V.Exa. está desenvolvendo como Relator da reforma política e que o PPS se associa a esse apelo e irá participar, na Comissão, da discussão e da votação, esperando que este processo de reforma política tenha um desiderato. Nós aqui estamos empurrando isso, e é um "nunca acabar". Acredito que as instituições republicanas precisam de uma reforma no campo político-partidário e eleitoral. Gostaria também de aproveitar este momento para falar - e V.Exa. tocou muito

rapidamente - na questão do financiamento público. Eu diria que é talvez o eixo fundamental desta reforma, até porque vai no sentido daquilo que é o grande problema do processo político-eleitoral brasileiro: um processo de financiamento espúrio que há muito tempo estamos vendo e que comumente a sociedade conhece como caixa dois. E as várias formas como isso ocorre. Nós temos um exemplo muito presente, agora. Todo esse escândalo conhecido como o "de Carlinhos Cachoeira" traz embutidos - e a imprensa já revelou no final de semana - desvios de recursos de uma empresa vinculada a obras públicas - no caso, a Delta -, transferidos para empresas laranjas no período eleitoral.

O SR. HENRIQUE FONTANA - E eu lhe peço, Deputado Roberto Freire, para voltar-me a palavra exatamente neste momento, porque um dos argumentos centrais - e quero dizer isto com toda a transparência, através da mídia nacional, de V.Exas. e de toda a população brasileira que acompanha esta sessão da Câmara - é o que eu ouço dizer, Deputado Giovani Cherini: "Mas eu não vou pagar a campanha desses políticos".

O Sr. Roberto Freire - Pronto. Nós estamos pagando, e pagando com a corrupção.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Digo eu: hoje, o povo brasileiro paga campanhas caríssimas através de dois mecanismos. O primeiro: ele paga quando o financiamento se dá de forma legal, porque o dinheiro destinado à campanha...

O Sr. Roberto Freire - Programas de televisão e o próprio Fundo Partidário.

O SR. HENRIQUE FONTANA - ... está embutido no preço dos produtos que compra, como consumidor.

Mas pior é a segunda forma como a população paga as campanhas, no sistema de hoje: incentivando redes de corrupção, superfaturamento de obras, tráfico de influência, licitações dirigidas que terminam sendo pagas pela população, incentivando a ampliação da corrupção no País.

O Sr. Roberto Freire - Rapidamente, vou encerrar. Trouxe à colação esse exemplo, dando os nomes do escândalo que está aí e que inclusive vai ser objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito Mista - que espero que se instale -, e gostaria de acrescentar algo. Perguntam: "E o caixa dois, vai continuar existindo?" Evidentemente, embora o Código Penal diga que é proibido matar, existem homicídios e assassinatos. O que a lei determina não significa que se cumpre totalmente. Mas quero apenas acrescentar o seguinte, concretamente: hoje, o Tribunal Eleitoral cuida de prestação de contas, individualmente, dos milhares de candidatos. No momento do financiamento público, o Tribunal Eleitoral vai cuidar apenas, no máximo, de 30 partidos. Portanto um controle muito mais eficaz e algo de fundamental importância para que se defenda o financiamento público como um avanço democrático.

O SR. HENRIQUE FONTANA - É isso, Deputado Roberto Freire.

Aliás, Sr. Presidente, nesta hora, sinto que parte da nossa Comissão não está sintonizada com a vontade deste Plenário, que quer a reforma política no plenário, que não quer a obstrução de votação que enfrentamos na semana passada. Converso

com os colegas do PMDB e de todos os partidos, que querem votar e debater a reforma política.

Eu dizia, aproveitando o que disse o Deputado Roberto Freire - e ouvirei depois o Deputado Enio Bacci e o Deputado Giovani Cherini -, que precisamos garantir que a política seja o espaço das virtudes preservadas, que a política seja o espaço em que haja respeito à autonomia dos mandatos que se constituem. Porque isso é um fenômeno mundial, hoje. Através do financiamento privado de campanhas eleitorais cada vez mais caras, os Paramentos estão sendo cooptados pelo interesse econômico de quem tem capital para financiar as campanhas.

O meu sonho, Deputado Luiz Noé, é o de que a resposta do Governador eleito de cada Estado, quando lhe perguntarem quem financiou a sua campanha, seja esta: "Foi o povo do Estado do Rio Grande do Sul. Foi o povo do Estado do Ceará. Foi o povo de São Paulo ou de Pernambuco". Que não haja a quebra da impessoalidade, já na arrancada do processo democrático, com a escolha de quem financia quem.

Peço a compreensão dos colegas, antes de lhes conceder o aparte. Perguntam-me: "Mas como tu me provas, Fontana, que essa lei" - atendendo ao que dizia o Deputado Roberto Freire - "vai permitir que a Justiça Eleitoral fiscalize apenas 10 ou 20 campanhas, por Estado, e não milhares, como é hoje?" Vai exigir a disponibilização dos gastos de cada partido, porque serão os partidos os responsáveis pela prestação de contas na Internet, Deputado Enio Bacci.

Então, não venham dizer que o meu relatório não tem a consistência de se esforçar ao máximo para romper com o caixa dois. Ali está escrito que o uso de recursos fora do financiamento público será considerado crime eleitoral, passível de punição e pena de prisão de 2 a 4 anos. Ou seja, é uma lei para valer, é uma lei para moralizar a política, é uma lei para garantir igualdade de condições. Deputado Marcon, sabemos que hoje muitos representantes das classes populares, que brasileiras e brasileiros pobres têm cada vez mais dificuldade de concorrer, em igualdade de condições, a um cargo público. Isso não é democracia. Quando alguém pobre não tem o direito igual de concorrer a uma vaga de Vereador, de Prefeito, de Governador, de Deputado Estadual ou Federal, está quebrada a regra fundamental da democracia.

Às vezes me questionam: "Como vamos garantir um critério justo na distribuição dos recursos?" Eu fiz uma proposta que pode receber críticas, emendas e ser modificada neste plenário, mas ela garante 5% de distribuição igualitária entre todos os partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral; 10% de distribuição igualitária entre todos os partidos que elegeram pelo menos um Deputado Federal; mais 10% distribuídos igualitariamente entre todos os partidos que elegeram pelo menos 10 Deputados Federais; e 75% distribuídos de acordo com o número de votos que os partidos fizeram para a Câmara Federal, na última eleição.

Não vou citar o nome... Não, tenho que citar porque é público: o ex-candidato a Presidente José Serra colocou no seu blog. Eu procurei responder dizendo que o meu projeto visa beneficiar os partidos que fizeram mais votos. Mas pergunto: em algum lugar do mundo há critério diferente deste para garantir a distribuição dentro de uma democracia de espaço? Pergunto: quando criticam esse tema, para derrubar o financiamento público, propõem alterar o critério de distribuição do tempo de televisão,

que também é feito desta forma, levando em conta o número de votos que o eleitor deu, a representatividade que o eleitor deu a cada partido?

E vamos mais longe. Eu alterei o sistema de votação. No início, defendia o sistema de voto proporcional misto, com dois votos para cada cidadão: um para escolher o partido, o programa; e outro para escolher o Deputado.

Diziam, às vezes, alguns adversários da reforma: "Esse tipo de voto pode beneficiar o PT, porque o PT tem popularidade partidária maior que a dos outros partidos".

Pois bem. Para que possamos nos debruçar com mais segurança sobre o financiamento público, que é o centro daquilo que nos desafia a política brasileira, com mais este escândalo - agora com dinheiro de jogo ilegal, com dinheiro do crime organizado entrando na política e no Estado brasileiro -, retiro a proposta do voto duplo e coloco na proposta o voto simples, e o eleitor continuará votando como vota hoje. O eleitor que apoia uma proposta partidária votará na legenda; o eleitor que apoia um candidato especial continuará votando, nominalmente, nesse candidato.

Então, esta proposta é equilibrada. Ela é neutra em relação ao estágio de construção de cada um dos partidos. Ela termina com a coligação nas eleições proporcionais, mas abre um canal para as federações partidárias. Ela termina com o suplente de Senador, que vem eleito sem que o eleitor saiba quem é. Diminui o mandato de Senador para 4 anos, e o suplente de Senador passa a ser o Deputado Federal mais votado, do mesmo partido do Senador. Ela abre espaço para a sociedade apresentar projetos de iniciativa popular, como foi caso do Ficha Limpa, participando através da Internet, apoiando projetos de lei e emendas à Constituição, com 500 mil ou 1 milhão de assinaturas.

Tenho a convicção, nobres colegas, de que este projeto melhora a política brasileira.

O Sr. Mauro Benevides - V.Exa. me permite um aparte, nobre Deputado Henrique Fontana?

O SR. HENRIQUE FONTANA - Eu concedo o aparte aos Deputados Enio Bacci, Giovani Cherini, Vanderlei Siraque e Mauro Benevides, nessa ordem, pois foram os primeiros a me pedir.

O Sr. Silvio Costa - E ao Deputado Silvio Costa.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Se tiver mais tempo. Tudo o que eu quero, Deputado Silvio Costa, é debater durante horas neste plenário a reforma política, de forma democrática. Que as maiorias vençam e que as minorias percebam que devem se curvar às maiorias. Se o financiamento privado for maioria neste plenário, eu me curvo à democracia, mas quero ter a chance de ver o Brasil analisando o seu sistema político. Os escândalos que estão acontecendo, Deputado Enio Bacci, não são apenas um problema das pessoas, são também um problema do sistema político, que precisa mudar.

Ouçõ V.Exa., Deputado Enio Bacci.

O Sr. Enio Bacci - Caro Deputado Henrique Fontana, V.Exa. está exercendo um papel histórico. Estou há 20 anos nesta Casa e percebi, no curso desses 20 anos, como a reforma política não tem sido encarada com a seriedade necessária. O sistema político brasileiro está agonizando. Quem não acredita nisso deve consultar o povo lá fora, cujo desejo é o de que esta Casa seja fechada. E vamos ficar passivos, aceitando que isso continue? Não. Temos de buscar, através da reforma política, uma solução que nos aproxime mais da população brasileira. Já perdemos uma oportunidade nesta Casa, quando rejeitamos o parlamentarismo - aliás, eu preguei o presidencialismo naquele plebiscito nacional. Aquele já era o momento de mudarmos o foco da questão, do sistema político. Agora vamos para um segundo momento, que não vai depender dos partidos. Esta não é uma causa de um ou de outro partido; esta é uma causa da democracia, Deputado Henrique Fontana. Se não fizermos agora a reforma política, mesmo que ela não venha na íntegra, completa; se não dermos agora o primeiro passo, estaremos condenando o sistema político agonizante a se tornar moribundo. E seremos camicases, porque nós mesmos estaremos deixando de construir uma saída, principalmente para o Legislativo deste País.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Muito obrigado, Deputado Enio Bacci.

O Sr. Enio Bacci - Eu acrescento, Deputado Henrique Fontana: quem sabe logo ali adiante possamos fazer com que a Justiça Eleitoral brasileira seja permanente? Ora, hoje temos juízes eleitorais provisórios, momentâneos, que sequer conhecem a legislação eleitoral. Ela tem que ser permanente, como é a Justiça do Trabalho, e se debruçar sobre a questão eleitoral durante os 365 dias do ano. Parabéns, Deputado Henrique Fontana! Continue nesta luta.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Muito obrigado, Deputado Enio Bacci. Quero ouvir outros colegas.

Deputado Giovani Cherini, antes de ouvir V.Exa., quero acrescentar que alguns me diziam, às vezes em debates, que esta é uma reforma feita pelos políticos para os políticos. Não. Esta é uma reforma feita pelos Parlamentares, que representam a sociedade brasileira, para fortalecer a democracia brasileira.

E, para que não parem dúvidas, Deputado Giovani Cherini, incluí no meu relatório a realização de um referendo, em agosto de 2013, de tal modo que aquilo que votarmos aqui na Câmara e no Senado, antes de entrar em vigor, seja submetido ao crivo final da população, que poderá cancelar ou eventualmente rejeitar a mudança que votarmos.

Ouçó o Deputado Giovani Cherini.

O Sr. Giovani Cherini - Deputado Henrique Fontana, estou muito feliz e acho que este debate demonstra a vontade que temos. Sou Deputado Federal de primeiro mandato. Exerci quatro mandatos estaduais. E me elegi dizendo que viria para Brasília a fim de ajudar na reforma política, a reforma de todas as reformas. Cheguei aqui. E há poucos dias vi Deputados, na Comissão, inviabilizando o debate em virtude de uma ata. Quando não se quer debater - e é legítimo, é democrático -, infelizmente, é muito ruim para a nossa continuidade na política. Eu não tenho dúvida nenhuma, e todos sabemos disso, de que o sistema está comprometido. Hoje a população está carente

de uma política que discuta ideias. Infelizmente, hoje muitos se elegem pelo bolso. Vêm para cá ou assumem Prefeituras, ou Câmaras de Vereadores para defender meros interesses econômicos. E esta oportunidade que V.Exa. dá, com a seriedade que tem e com a forma como discute o assunto, permitiu que se desse uma pincelada geral, pegando um pouquinho de cada bancada, um pouquinho de cada Deputado, para que hoje tivéssemos um grande projeto. Nós queremos votar! Nós pedimos: pelo amor de Deus, deixem-nos votar este projeto! Mas aqui em plenário. Parabéns, Deputado Henrique Fontana. Muito obrigado.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Muito obrigado, Deputado Giovani Cherini.

O Deputado Vanderlei Siraque me havia pedido a palavra, mas quero dizer apenas uma frase, entre a fala de um colega e de outro. De fato, a eleição brasileira saltou do custo de 800 milhões - falo da eleição geral, nacional, de 2002 - para 4 bilhões e 800 milhões de reais. Ou seja, 6 vezes mais, 8 anos depois. Se continuar assim, só chegarão ao Parlamento, infelizmente, ou candidatos muito ricos, ou aqueles que participem do privilégio das listas fechadas dos grandes financiadores de campanha. E continuaremos colocando a política sob um grau de suspeição cada vez maior, o que é ruim para a democracia.

Ouç o Deputado Vanderlei Siraque.

O Sr. Vanderlei Siraque - Deputado Henrique Fontana, quero parabenizar V.Exa. pelo trabalho que vem fazendo sobre a reforma política. E também quero corroborar as palavras dos Deputados que me antecederam: o problema não é da pessoa A ou da pessoa B. Agora mesmo haverá uma CPI. Nós da bancada do Partido dos Trabalhadores assinamos o requerimento de instalação da CPI, mas sabemos que será aquela história das moscas: mata-se uma mosca aqui, mas, se não for removido o lixo, outras moscas vão surgir. Então, a meu ver, o problema é sistêmico. É necessário o controle social do Estado, é necessário que a sociedade controle o Estado e que exerça a soberania popular, participando das atividades políticas. Se existe político que compra votos durante as eleições é porque existem eleitores que vendem os seus votos. Então, é uma questão de consciência política. E quero dizer mais uma vez que apoio o projeto de V.Exa.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Obrigado, Deputado Vanderlei Siraque.

Ouç agora o Deputado Mauro Benevides. Depois ouvirei o Deputado Bohn Gass, meu conterrâneo, e os Deputados Silvio Costa e Carlos Brandão.

O Sr. Mauro Benevides - Meu caro Líder, Deputado Henrique Fontana, praticamente já se exaure o tempo regimental que lhe é concedido, embora o Presidente flexibilize o Regimento Interno para permitir que fale por mais alguns minutos, mas quero louvar a presença de V.Exa na tribuna porque procede a uma mobilização de opinião pública. No último final de semana, no interior do meu Estado, na companhia do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, Senador Eunício Oliveira, nós fomos inquiridos persistentemente, ainda na área municipal. Representantes de 22 Municípios se reuniram para debater os rumos da reforma política, até mesmo aqueles que ainda arguíam a impossibilidade de se concretizar efetivamente aquilo que passou a ser um anseio latente da classe política

brasileira. Portanto, quero me regozijar com V.Exa. por sua presença hoje na tribuna, porque o objetivo é sobretudo o de criar nesta Casa aquele clima extremamente favorável à aprovação do seu projeto. Evidentemente, não será aprovado na íntegra - e V.Exa., com a experiência e o tirocínio que possui, não se ilude em relação a isso -, mas será aproveitado substancialmente porque engloba iniciativas que vão moralizar a vida política brasileira. E nós queremos que o País continue naquele mesmo rumo da tal Ficha Limpa que nós acolhemos nesta Casa e transformamos em legislação eleitoral positiva.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Deputado Mauro Benevides, agradeço a V.Exa. o aparte.

Antes de passar a palavra ao meu colega de partido e de Estado, Deputado Bohn Gass, digo uma frase: já participei de diversas CPIs, mas troco 10 ou 20 CPIs por esta reforma política. Mais do que isso.

Fala-se muito, Sr. Presidente, sobre como o Projeto Ficha Limpa ajuda a democracia. Pois eu digo, Deputado Bohn Gass, que a reforma política, com o financiamento público, tem uma potência mil vezes maior do que o Projeto Ficha Limpa, para melhorar a política brasileira.

Ouç o Deputado Bohn Gass.

O Sr. Bohn Gass - Deputado Henrique Fontana, eu só quero, em nome da bancada do PT, dizer do orgulho que nós temos de ter em nossos quadros a figura de V.Exa., como Parlamentar Relator da reforma política. Este Congresso não pode desperdiçar a oportunidade. E a história dirá "o período anterior e posterior", se fizermos esta reforma, do ponto de vista da ética, da transparência, da lisura e da participação democrática do cidadão. Muito bem disseste V.Exa.: a lisura, a transparência; e, fundamentalmente, no eixo que abordaste tanto, o diálogo com todos os partidos, o financiamento público e não privado de campanhas, o reforço partidário do ponto de vista do debate programático para a sociedade brasileira. Então, estamos orgulhosos com esse trabalho, mas queremos que ele seja encerrado positivamente, que saia da Comissão e que venha para este plenário. Esse é o esforço que estamos fazendo. E faço um convite à sociedade brasileira: que participe conosco, para que este Congresso possa de fato fazer a mudança. Parabéns, Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Obrigado.

Antes de ouvir o Deputado e amigo Silvio Costa, quero desta tribuna, publicamente, manifestar o meu apoio integral à Ministra Ideli Salvatti, que, do meu ponto de vista, está sendo, neste tema de financiamento de campanha, injustiçada por este sistema que, conforme disse a todos, precisamos mudar. Se o PT de Santa Catarina recebeu contribuição de uma empresa, e essa contribuição ajudou a financiar a campanha da candidata à época e hoje Ministra, isso não tem nada de ilegal.

Mas é disso que eu falo, da suspeição permanente sobre a política que se gera com esse tipo de financiamento privado.

Deputado Silvio Costa, ouço com atenção V.Exa.

O Sr. Silvio Costa - Deputado Henrique Fontana, todos sabemos que V.Exa. é um Deputado diferenciado, um Deputado sério, um Deputado competente, mas lamentavelmente a proposta de reforma política que, com a ajuda de seus pares na Comissão, apresenta a esta Casa, sem nenhum termo pejorativo, eu chamo de "reforma tupiniquim". E vou dizer por quê. Começo dizendo, Deputado Henrique Fontana, que nenhum país do mundo está satisfeito com o seu sistema eleitoral. Por exemplo: os países da Europa, onde se adota o voto em lista, querem mudar, porque o voto em lista inibe a renovação, porque o voto em lista alimenta os cartórios partidários. A Constituição do nosso País diz que todo poder emana do povo e em seu nome será exercido. Quando se retira do povo a prerrogativa de escolher seus representantes, não se está exercendo a democracia. Mas vai ser um belíssimo debate nesta Casa. Eu concordo que nós precisamos encontrar uma forma de financiamento de campanha eleitoral. Mas financiamento público aqui no Brasil já existe. O que é o Fundo Partidário senão o financiamento público? Aliás, se fosse apresentado requerimento para instalação de uma CPI sobre o Fundo Partidário, eu assinaria com o maior prazer. No Brasil, cada voto custa 35 centavos ao poder público - e agora vai ser aumentado. Então, esse debate sobre financiamento público e financiamento privado pode ser simpático. Aliás, quero dizer uma coisa: só quem fala em reforma política, na verdade, é uma parte da classe política e uma parte da imprensa. Existe uma frase gasta: "Sinceramente, eu acho que nós não precisamos"...

O SR. HENRIQUE FONTANA - Deputado, preciso ouvir os outros Deputados.

O Sr. Silvio Costa - Vou concluir. É porque este tema também me empolga. Eu acho que existem duas reformas fundamentais a serem feitas neste País: a da Previdência, que já começamos a fazer, e a reforma trabalhista. Agora, parece uma frase gasta, mas não precisamos, sinceramente, de reforma política. Nós precisamos, isto sim, reformar parte dos modelos políticos e parte da classe política. Esse discurso de que o financiamento público vai resolver é literalmente equivocado.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Deputado Silvio Costa, antes de passar a palavra ao nosso colega Deputado Carlos Brandão e depois aos Deputados Luiz Noé e Miro Teixeira, quero apenas dizer a V.Exa. que pode ficar absolutamente tranquilo. O relatório que eu apresentei à Comissão Especial da Reforma Política preserva 100% do direito de escolha do eleitor brasileiro. O eleitor vai continuar votando do mesmo jeito que vota hoje. Os eleitores que se identificam com uma proposta partidária, com um projeto, vão votar na legenda, como, aliás, votam hoje. Os eleitores que preferirem votar nominalmente no Deputado Henrique Fontana ou em V.Exa., vão votar com toda a liberdade.

Esse sistema existe, aliás, em diversos países do mundo. É um sistema que se chama de "totalmente flexível", porque absorve 100% do poder de escolha do eleitor. Por isso, o centro do debate mesmo é se queremos o financiamento público ou se queremos continuar com o financiamento privado.

Ouçõ V.Exa. com grande prazer, Deputado e colega Carlos Brandão.

O Sr. Carlos Brandão - Deputado Henrique Fontana, todos nós sabemos do seu estilo, da sua determinação e da sua vontade de concluir esse projeto e todas as missões que lhe foram atribuídas nesta Casa. E estamos num momento ímpar, neste

momento que estamos vivendo a classe política está suja perante a opinião pública. E precisamos separar o joio do trigo. É uma grande oportunidade para realmente definirmos esta reforma política. Há muitos anos se fala em reforma política, em reforma tributária e nunca se faz essa reforma política, nem a reforma tributária. Agora nós temos a grande oportunidade. Eu mesmo apresentei uma PEC que trata da coincidência das eleições. Encaminhei requerimento de informações ao TSE sobre o valor gasto nas duas últimas eleições. E recebi o relatório nesta semana. Em 2008, o TSE gastou, no Brasil inteiro, 378 milhões de reais e, na última eleição, de 2010, gastou 443 milhões. Portanto, quase 1 milhão de reais em duas eleições - e me refiro apenas às despesas do Tribunal Superior Eleitoral, do TSE. Vemos aí o custo de cada campanha. Não é mais possível fazermos eleição de 2 em 2 anos a esse custo. E não estou falando do custo da campanha de cada candidato - e não há como não envolver as Prefeituras, o Governo Federal, o Governo do Estado. Seria hipocrisia dizer que não existe abuso do poder econômico nas Prefeituras do interior. O Estado não participa, o Governo Federal não participa. Se não podemos limitar isso de 2 em 2 anos, vamos reduzir pelo menos para 4 anos. E não há solução de continuidade. O Deputado começa o mandato e, no meio do seu mandato, vai disputar uma eleição para Prefeito.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Obrigado, Deputado.

O Sr. Carlos Brandão - Deputado Henrique Fontana, veja com carinho esta questão da coincidência das eleições, porque vai ficar impossível fazer eleição e essa exposição política de 2 em 2 anos.

O SR. PRESIDENTE (Simplício Araújo) - Deputado Henrique Fontana, eu gostaria que V.Exa. concluísse, porque já está findando a reunião de Líderes.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Pois não, Sr. Presidente. Eu quero ver se consigo ouvir os três colegas que pediram aparte.

Quero apenas dizer ao colega Deputado Carlos Brandão que não incluí no meu relatório - e quero ser totalmente transparente com a proposta - a coincidência de eleições, mas percebo, pelo número de colegas que falam comigo nos corredores da Casa, que uma emenda como essa tem grande chance de ser aprovada tanto na Comissão Especial quanto no plenário. Será um debate a ser feito e que faremos no devido momento.

Ouçó o Deputado Luiz Noé.

O Sr. Luiz Noé - V.Exa. teve garra, determinação, coragem e atitude para trazer este tema ao plenário, para lutar por ele. Cito, principalmente, a determinação que V.Exa. teve durante todo esse processo, contrariando os pensamentos positivos, fazendo o bom debate, com o seu envolvimento pessoal, com toda a estrutura. V.Exa., como ser humano, durante esse processo, além de discutir as políticas e os pensamentos, enfrentou as condições pessoais que a vida lhe deu. V.Exa. já obteve a primeira vitória, que foi a coragem de fazer o debate. Pela sua credibilidade e inteligência, teve eco. Esta Casa discute; a sociedade passou a discutir o tema da reforma política e, principalmente, o financiamento público. Se chegamos a este

momento, V.Exa., com as suas ideias, já é um vitorioso porque tem o apoio de colegas que pensam da mesma maneira. Parabéns! Continue neste rumo, que a vitória virá.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Muito obrigado, Deputado Luiz Noé.

Quero ouvir, com grande alegria, um dos mais experientes Parlamentares da Casa, membro também da Comissão Especial, o colega Deputado Miro Teixeira.

O Sr. Miro Teixeira - Deputado Henrique Fontana, meus cumprimentos, em primeiro lugar, pela maneira dedicada com que V.Exa. se aplica a esta discussão da reforma política. Temos as nossas divergências democráticas - e aqui não vou trazê-las. Porém, há algo que penso que todos os Deputados têm que perceber. Da maneira como está organizado o projeto e como se dá o sistema de votação, acabará sendo aprovado o que V.Exa. quer, o que não quer dizer que V.Exa. o tenha montado para isso. Quando se aprova um projeto, ressaltados os destaques, o projeto obteve maioria absoluta dos votos para ser aprovado. No destaque do sistema eleitoral, dificilmente se vai obter maioria absoluta. E, conseqüentemente, vai prevalecer o texto. "Bom, mas caiu esse destaque do voto distrital misto". Sobe outro: do distrital simples. Não vai obter maioria absoluta. Vai perder para o que está no projeto. Então, eu peço a V.Exa. que reflita sobre isso. É a mesma coisa em relação ao financiamento de campanhas, que pode ser público, total, parcial, misto; pode não ser. Mas, aprovado e depois ressaltados os destaques, encontrar a maioria absoluta que supere aquela da votação inicial me parece matematicamente improvável. Na reunião da nossa Comissão até disse que talvez precisássemos da ajuda de um matemático. Na Comissão. Porque acabará sendo assim. Repito: não é uma intenção de V.Exa. Eu acharia melhor, já que a Comissão parece não espelhar o pensamento do Plenário, adotar o que até já foi feito nesta Casa: trazer o anteprojeto ao plenário, numerado como o projeto, com todos os seus destaques; e que, aqui no plenário, nós pudéssemos verificar, com o conjunto da Casa. Eu defendo o plebiscito, por exemplo. Então, deveria haver esta votação preliminar: se vamos para o plebiscito, para a definição do sistema eleitoral. Quanto ao financiamento público, eu acho que existe nos Estados Unidos. Não é nenhum mistério. Obama optou pelo financiamento privado, e Bush financiou a sua campanha pelo sistema misto. Não é mistério discutir. O que eu acho errado é misturar a discussão do financiamento de campanha a casos de corrupção. Isso é um erro, o que V.Exa. também não tem feito, mas que já se viu muitas vezes nos jornais. A democracia e as eleições não são culpadas por corrupção. Além do mais, o financiamento público só substitui o financiamento legal existente até hoje. O caixa dois não é absolutamente arranhado por essa ideia. E nós tínhamos que nos concentrar mais nisso. Mas cumprimento V.Exa. Faço este aparte como uma modesta homenagem ao trabalho de V.Exa. e para mostrar que temos divergências na Comissão. E a minha principal divergência é com relação ao método de votação, sem o que o projeto de V.Exa. será aprovado do jeito que quiser. Repito: sem ser essa a sua disposição, a sua vontade. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Simplício Araújo) - Deputado Henrique Fontana, eu gostaria que V.Exa. concluísse. O Deputado Mauro Mariani já está aguardando para falar no Grande Expediente.

Entendo a relevância do tema e a empolgação dos Parlamentares, dos nobres colegas, mas é importante concluir o pronunciamento para que o nobre Deputado Mauro Mariani possa falar no Grande Expediente.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Eu agradeço, Sr. Presidente, e concordo.

Quero apenas também cumprimentar o Deputado Miro Teixeira pela forma como nos relacionamos ao longo dos anos de mandato que tenho nesta Casa e pela forma como S.Exa. exerce a sua atividade política e a representação que traz para esta Casa.

Só quero colocar esta divergência de opinião que temos. Na minha opinião, não há outra forma de votarmos, na democracia, um sistema eleitoral que não seja esta. Por exemplo: se a maioria da Comissão ou da Casa entender que o sistema de votação atual é melhor que aquela pequena mudança que proponho no sistema de votação, através de um destaque supressivo, ela poderá compor maioria e derrotar o sistema eleitoral que estou propondo.

Então, não me parece razoável que se diga que o formato de votação impede o exercício...

(O microfone é desligado.)

O SR. HENRIQUE FONTANA - Cabe a um Relator, de qualquer que seja o tema que represente na Casa, oferecer uma proposta e inclusive ser alvo, corretamente, democraticamente, das críticas que possam vir.

Eu sempre digo na Comissão e repito aqui: se outro sistema - e entendo a Maioria da Comissão - é melhor do que esse que estou propondo, ele haverá de ter maioria na Comissão, se não seria a negação das maiorias que se formam na democracia. Não basta alguém defender um sistema. Originariamente, eu tinha inclinação pelo sistema de voto em lista fechada, mas não é isso que está no meu relatório. Eu percebi que isso não forma maioria dentro da Casa. Busquei um sistema com esse equilíbrio, que possa trazer a maioria para garantir o financiamento público, que considero o tema fundamental da reforma.

Ouçó com grande alegria, se o Presidente permitir, o meu colega Deputado Luciano Castro.

O SR. PRESIDENTE (Simplicio Araújo) - Temos de ouvir o Deputado Mauro Mariani.

O Sr. Luciano Castro - Agradeço a V.Exa. a tolerância, Sr. Presidente. Esta matéria nem deveria ser tratada em Grande Expediente, mas numa Comissão Geral, para que tivéssemos tempo de discuti-la amplamente. A exemplo do Deputado Miro Teixeira, estou nesta Casa há muito tempo. Na Legislatura passada, derrotamos a lista fechada, quando se propôs aqui no plenário. Sou membro da Comissão e testemunha do esforço de V.Exa. para encontrar uma forma de entendimento, Deputado Henrique Fontana, mas quero dizer a V.Exa. que essa questão atinge cada Parlamentar desta Casa, cada partido político. É uma questão polêmica, sobre a qual é extremamente difícil achar uma proposta consensual. Vou propor a V.Exa. que na Comissão

apresente a proposta, para que seja submetida a votação artigo por artigo. Se não, não vamos ter condições de ajustar uma proposta para vir a plenário. Outra coisa importante tenho para lhe dizer: mudança de sistema eleitoral deve prever ajuste, para os Parlamentares terem a possibilidade de mudar de partido. E V.Exa. não faz esta proposta. Como é que se vai mudar um sistema eleitoral, se não se permite que eventualmente os Parlamentares mudem de partido, pelo menos uma única vez, para se ajustarem a uma nova proposta, inclusive porque não vai haver mais eleições proporcionais e tudo o mais? Por fim, V.Exa. sabe que, se fizermos uma pesquisa de opinião pública, o povo brasileiro vai dizer que prefere votar nominalmente no candidato, prefere que a eleição seja dos mais votados e não quer financiamento público de campanha.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Deputado Luciano Castro, primeiro, o povo vai continuar votando livremente, como prefere; se quiser votar nominalmente, o povo vai continuar votando com toda a liberdade. Eu não proponho mudar isso.

Segundo, eu tenho segurança na proposta que eu trago a esta Casa, para a qual peço o apoio deste Plenário. Quem defende o distritão, por exemplo, quem defende voto distrital poderá votar neste plenário. O que nós não podemos é obstruir a votação na Comissão Especial, porque a obstrução tem o significado de manutenção do sistema atual. Isso é o que fazem alguns colegas, que querem defender o sistema atual, sem defendê-lo - não é o caso de V.Exa., mas percebo isso em alguns. Querem manter o sistema atual, querem o financiamento privado, querem o sistema com campanhas caras, não querem modificar as questões que podemos modificar e trabalham na obstrução da possibilidade de votar.

O que eu quero é o jogo da verdade democrática. Quem tiver maioria vencerá neste plenário; quem for minoria vai respeitar a decisão da maioria.

Por fim, atendendo àquele que foi um grande debate, proposto pelo Deputado Miro Teixeira e por outros Deputados, vamos garantir a cláusula democrática final na mão da população, através de um referendo, a ser feito em agosto de 2013, para que esta lei entre em vigor na eleição de 2014.

Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente. E agradeço especialmente ao colega que aguardou, para que pudéssemos fazer este debate. Este debate, Sr. Presidente, mostra o quanto o Plenário quer debater e votar a reforma política.

O SR. PRESIDENTE (Simplício Araújo) - Parabenizando o Deputado Henrique Fontana, eu gostaria de pedir aos meios de comunicação da Casa que incluíssem no Programa A Voz do Brasil o máximo teor desse importante debate realizado aqui hoje, para que a comunidade brasileira tenha acesso a ele e saiba da preocupação desta Casa com o importante tema da reforma eleitoral.

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Banco de Discursos

www.camara.leg.br/bancodediscursos

Coordenação de Histórico de Debates

Seção de Análise de Discursos